

DISTRIBUIÇÃO DA OFERTA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM NO ESTADO DE MINAS GERAIS: IMPLICAÇÕES DAS POLÍTICAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO

Autores Ana Carolina Silva Martins, Roseni Rosangela de Sena, Kênia Lara Silva, Tatiana Silva Tavares

Instituição 1. UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Av. Alfredo Balena, 190 - Santa Efigênia - Belo Horizonte/MG

Introdução: A trajetória dos cursos de graduação em enfermagem no Brasil é marcada pela influência de políticas de saúde e educação que, por sua vez, refletem o contexto econômico e social do país. O marco do ensino formal do profissional de enfermagem se dá em 1890 com a criação da Escola Profissional de Enfermeiros no Hospício de Alienados com o propósito de preparar profissionais para os hospícios e hospitais civis e militares.

Em 1901 foi criado o Hospital Evangélico destinado a atender os estrangeiros residentes no Brasil. Com as repercussões da Primeira Guerra Mundial, a Cruz Vermelha Brasileira, com a finalidade de preparar voluntários para as emergências de guerra, deu início a um curso de enfermagem na cidade do Rio de Janeiro.

No início da década de 20, é criada a atual Escola de Enfermagem Anna Nery que estabelecia formação com cunho preventivo. A década de 30 é um marco para a evolução dos cursos de enfermagem no país, visto a necessidade de uma força de trabalho qualificada e com saúde.

Na década de 40, com o fortalecimento do processo de industrialização, o Estado cria a lei nº 775 que propõe a ampliação do número de escolas, tornando obrigatória a existência do ensino de enfermagem em todo centro universitário ou sede de faculdades de medicina (TEIXEIRA, VALE, FERNANDES, SORDI, 2006).

Em 1968, com a reforma universitária, há ampliação do número de vagas e a modernização do ensino superior no país, além da necessidade de revisão dos currículos mínimos dos cursos.

Nos anos 80, o advento da VIII Conferência Nacional de Saúde e a promulgação da Constituição em 1988 expressaram um processo de luta de diferentes atores da sociedade. Para dar resposta concreta a essa necessidade de transformação na educação de enfermagem, a Associação Brasileira de Enfermagem - ABEn realizou, no período de 1989 a 1992, um movimento nacional para discutir e propor um Currículo Mínimo de Enfermagem, (ABEN, 1992).

Em 1996, é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), abrindo espaços para a flexibilização dos currículos de graduação e, conseqüentemente, para a expansão de cursos e vagas na educação superior. Neste movimento, no ano de 2001, foi definido as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação na área de saúde, incluindo-se a enfermagem.

A realização deste estudo foi referenciada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Enfermagem. Estabeleceu-se como premissa para a realização do estudo que as escolas de enfermagem têm como propósito uma formação que considere as políticas públicas de saúde e formulem e executem um projeto ético, político e pedagógico que considere a prática profissional uma estratégia que tenha como objeto a busca por ações que respondam às demandas e necessidades de saúde da população.

Atualmente contamos com 598 cursos de graduação em enfermagem ativos no Brasil, em instituições públicas e privadas. Destes, 125 são no Estado de Minas Gerais. Apesar do expressivo quantitativo da força de trabalho de enfermagem, em número absoluto, e da ampliação do número de escolas na última década, em todo o país, as escolas de enfermagem concentram-se nas regiões de maior densidade populacional e de concentração de renda do País, acompanhando a distribuição do Produto Interno Bruto (PIB), reafirmando as desigualdades regionais (SENA; SEIXAS; SILVA, 2007).

Neste contexto, tomamos como indagação a expansão do número de escolas de enfermagem no país. Por um lado, este fenômeno pode representar democratização do acesso ao ensino superior, maior disponibilidade de profissionais no mercado, com a qualidade necessária e com aderência às demandas de saúde da população. Por outro lado, a expansão do número de cursos pode estar ocorrendo sem uma estreita relação com as políticas de saúde, seja em relação a qualidade e a quantidade dos profissionais requeridos para a consolidação do Sistema Único de Saúde.

Objetivo: Analisar a distribuição da oferta de cursos de enfermagem no Estado de Minas Gerais e analisar as inter-relações entre as políticas públicas de saúde e educação e a expansão dos cursos de enfermagem no Estado de Minas Gerais

Método: Trata-se de um estudo descritivo exploratório que está sustentado no referencial teórico-metodológico da dialética. O estudo está organizado em 3 etapas e os dados que se apresentam referem-se ao primeiro momento de mapeamento dos cursos de graduação em enfermagem do Estado de Minas Gerais e da análise documental sobre a educação superior no Estado e no País. Utilizou-se como fonte o banco de dados e-MEC do Ministério da Educação e Cultura e as produções sobre a expansão da formação do enfermeiro no Brasil disponíveis na base de dados LILACS. A busca foi realizada em fevereiro de 2010. Foram definidas como variáveis do estudo macro e micro-região de inserção de oferecimento do curso, natureza das instituições ofertantes, modalidade do curso, ano de fundação, turno de oferecimento, número de semestres para integralização do curso e carga horária total do curso. Os dados obtidos foram tabulados e submetidos a análise estatística descritiva.

Resultados: Os achados revelam a existência de 125 cursos em Minas Gerais na modalidade presencial, sendo nove disponibilizados por instituições públicas e 116 por instituições privadas. O curso mais antigo do Estado foi iniciado em 1934 em uma instituição pública federal e o segundo em 1945 em uma instituição privada de orientação religiosa. Dessa época até 1997 os cursos foram ofertados

principalmente em instituições pública, com exceção de três cursos em instituições privadas.

A análise dos dados permite evidenciar que a partir do ano 2000 há uma expansão da oferta de cursos de enfermagem com a criação de aproximadamente 12 cursos por ano entre os anos de 2000 e 2006. O aumento da oferta do curso se deu em todas as macro-regiões de Minas Gerais, mas com maior concentração nas macro-regiões Centro e Sul do Estado. Esse aumento se deu predominantemente nas instituições de natureza privada. A partir do ano de 2007 há uma tendência de declínio da oferta de cursos. Por outro lado, observa-se a criação de mais dois cursos em instituições públicas de 2006 a 2009.

Apesar do número de cursos no período diurno e noturno hoje ser aproximado, com predomínio dos cursos diurnos, houve um aumento bastante significativo da oferta dos cursos noturnos. Os resultados indicam que os cursos de enfermagem no Estado de Minas Gerais apresentam diversidade em relação à carga horária e ao número de semestres para integralização da formação, variando de 2800 horas a 4850 horas e entre oito e 10 semestres, respectivamente.

Os achados permitem afirmar que a expansão dos cursos de enfermagem ocorreu em consonância ao desenvolvimento de políticas públicas de saúde e de educação a partir da década de 1980. Com a criação do Sistema Único de Saúde em 1988 houve ampliação do mercado de trabalho, principalmente após implementação da Estratégia de Saúde da Família no início dos anos 2000, o que aumentou também a demanda por enfermeiros.

A implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de enfermagem em 2001, associada à não obrigatoriedade do vestibular para ingresso no ensino universitário, forneceu autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira para as instituições de ensino o que proporcionou em aumento do número de Instituições de ensino superior no Estado. Por sua vez, essa autonomia fornecida às instituições de ensino, reflexo de uma frágil regulação da educação superior no País, favoreceram o aumento do número de instituições em especial no setor privado, que apresentou crescimento acentuado a partir de 1997.

Há desigualdade na oferta de cursos entre as macro-regiões do Estado de Minas Gerais e também no interior das regiões. Os cursos estão mais concentrados em regiões com maior PIB, as quais possuem maior capacidade instalada de recursos humanos qualificados e de infra-estrutura pré-existentes, reafirmando as desigualdades regionais. Esse movimento dificulta a formação de profissionais nas regiões do Estado economicamente mais carente, como a Noroeste e Norte de Minas.

Assim, a existência de vazios educacionais nestas regiões justifica a necessidade de programas para estimular a interiorização dos trabalhadores da saúde. Também é importante considerar que a variedade de carga horária e número de semestres dos cursos podem influenciar na qualidade da formação, sendo necessária maior regulação desses aspectos.

Conclusões: Conclui-se que há relações entre políticas de saúde e de educação com a tendência para a resolução dos problemas de déficit de pessoal no cotidiano de trabalho com a ampliação de acesso à educação superior. Visualiza-se que esse contexto foi tomado como política de governo e repercutiu na

formação em enfermagem com a expansão vertiginosa de cursos em todas as regiões do Estado à modelo do que ocorreu no país como um todo. Os dados permitem afirmar ainda que os cursos de graduação em enfermagem no Estado de Minas Gerais caracterizam-se pela diversidade na organização político-administrativa, formas de ingresso, expressão do perfil profissional e orientação do projeto pedagógico. Mesmo diante da incipiência dos dados, aponta-se que as necessidades do mercado de trabalho têm influenciado a criação de escolas e a orientação da formação em enfermagem.

Palavras chave: Educação em Enfermagem; Ensino de Graduação; Instituições de Ensino Superior; Políticas Públicas de Saúde.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Relatório de atividades - Gestão 1989/1992. Brasília: ABEn, 1992.

SENA, R.R.; SEIXAS, C.T.; SILVA, K.L. Practices in Community Health Toward Equity: contributions of Brazilian Nursing. *Advances in Nursing Science*, v 30, n. 4, p. 343–352, 2007.

TEIXEIRA, E.; VALE, E. G.; FERNANDES, J. D.; SORDI, M.R.L de. Trajetória e tendências dos cursos de enfermagem no Brasil. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v 59, n 4 , Brasília, 2006